

A indústria do petróleo e o dilema da esfinge: entre recurso estratégico, crises cíclicas e problema ambiental

José Luis Vianna da Cruz

Editor do BPRR

A indústria petrolífera continua sendo um dos vetores estratégicos da dinâmica capitalista, seja como produtora de energia e de um insumo quase universal, e enquanto cadeia de produção de bens sofisticados. Nessa condição exerce grande poder sobre os fatores de estabilidade/instabilidade da economia mundial. O elevado nível de tecnologia envolvida requer grandes volumes de capital, e sua dimensão estratégica produz um perfil oligopolista, o que a torna objeto de disputas internacionais e, conseqüentemente, fator-chave na geopolítica mundial. As crises internacionais na produção e nos preços do barril de petróleo, que se sucedem desde a década de 70, tiveram grande influência nas profundas reestruturações nos mecanismos de acumulação capitalista, com efeitos sobre os materiais, os processos, a inovação tecnológica, as relações de trabalho e a organização do processo produtivo. Na mais recente, iniciada no final de 2014, o Brasil, além de ser afetado pela queda nos preços, está sendo alvo da investida das maiores petrolíferas transnacionais, tanto na exploração de petróleo e gás quanto na compra de ativos nos campos da distribuição, da produção de equipamentos e de petroquímicos, aproveitando-se do processo de sucateamento, fatiamento e alienação do patrimônio da Petrobras. Paralelamente, a centralidade adquirida pela crise ambiental, focada na poluição e no aquecimento global, provocados pelo uso de fontes fósseis de energia, principalmente, pressiona no sentido de substituição do petróleo nas matrizes energéticas dos países, principalmente naqueles que mais poluem. Por outro lado, os ciclos de alta produção e geração de divisas nos países produtores, além do agravamento da questão ambiental, têm que enfrentar o fantasma da "maldição dos recursos naturais", que assola economias sustentadas na produção e exportação de commodities. À escala local, particularmente no Brasil, enfrenta-se a questão dos desperdícios das rendas petrolíferas que inundam os orçamentos municipais dos municípios produtores.

É nesse cenário que se situam os artigos deste número 56 do Boletim Petróleo, Royalties e Região. O primeiro, **Reserves Certification: The Present Scenario of the Largest World Oil Producing Countries and Colombia**, trata das disparidades entre os dispositivos de regulação da certificação das reservas petrolíferas – em muitos casos inexistentes ou absolutamente precários – nos principais países produtores e na Colômbia, incluída por possuir mecanismos reconhecidos como eficientes. Tais dispositivos são fundamentais para a regulação dos preços internacionais e para as expectativas de produção, particularmente quando o Pré-Sal entra em cena, enquanto, presumidamente, uma das maiores reservas mundiais. O artigo encerra com uma sugestão para o problema abordado. Em seguida, no campo das referências técnicas, o artigo **O uso do método AHP para avaliar o desempenho dos muni-**

cípios da Região Norte Fluminense que se beneficiaram com rendas do petróleo aborda um esforço de construção de um instrumento eficiente de aferição do desempenho dos municípios que mais usufruem das rendas petrolíferas no Brasil – caso dos situados no Norte Fluminense – na utilização das rendas petrolíferas em benefício da população, no campo da melhoria das condições de vida, por meio de um grupo de indicadores selecionados e disponíveis. Em seqüência, vem a **Entrevista com o Presidente do FUNDECAM-Fundo de Desenvolvimento de Campos dos Goytacazes**, município do Norte Fluminense privilegiado, durante mais de uma década, com o maior quinhão das rendas auferidas da exploração do petróleo da Bacia de Campos, na qual é feito um breve balanço da utilização dos recursos do Fundo – oriundos dessas rendas – pelas últimas gestões municipais e a exposição da estratégia a ser adotada pela gestão municipal que se inicia. O cenário do confronto da economia do petróleo com os desafios da mudança da matriz energética postos pela ameaça que paira sobre a sobrevivência do planeta enquanto habitat da espécie humana é tratado nos dois últimos artigos. **Desastres de uma aposta insustentável: petróleo e desenvolvimento no Brasil** foca na matriz insustentável das opções brasileiras de sustentação do crescimento econômico, em nome de um pretense desenvolvimento, que solapa o compromisso intergeracional de usufruto do bem-estar apoiado na sustentabilidade ambiental, ou, nas palavras do sociólogo mexicano Enrique Leff, na "...racionalidade ambiental..." (jornal Folha de S. Paulo, 10/06/2017, p. B5), e em contradição com os sucessivos Acordos Internacionais de que o País tem sido signatário. Finalmente, o artigo **Análise do perfil das emissões de dióxido de carbono pelos EUA nas últimas décadas** apresenta, surpreendentemente para alguns, dados que sustentam a tese da redução relativa acentuada da emissão de CO₂ pela indústria americana, em queda contínua desde a década de 90, comparada com o crescimento do PIB e da população, indiferente aos diversos governos republicanos e democratas que se sucederam, embora em ritmo que mantém em suspenso a percepção da sua contribuição para o problema mundial da poluição ambiental, ainda mais quando se sabe que, no mesmo período, embora tenha crescido menos do que o PIB e a população, o ritmo de queda da emissão de CO₂ pela China seja bem inferior ao dos EUA.

Ao final, fica a certeza de que este número oferece uma parcela de contribuição para a pergunta que não quer calar e que paira como uma ameaça sobre a humanidade: "É possível enfrentar a urgência e a gravidade da questão ambiental nos marcos da economia do petróleo, nas bases da economia de mercado capitalista?"